

Política Nacional de Alfabetização (PNA): posicionamentos da ABAlf sobre os possíveis retroprocessos da PNA

Priscilla de Freitas MAFRA¹

Lourival José MARTINS FILHO²

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar uma sistematização dos posicionamentos realizados pela Associação Brasileira de Alfabetização, entre os anos de 2020 e 2023, referentes aos possíveis retroprocessos que a Política Nacional de Alfabetização e seus desdobramentos poderiam provocar na educação brasileira. Neste estudo, de abordagem qualitativa, por meio de pesquisa documental, foram analisados quatro posicionamentos publicados pela citada Associação. Dentre as principais conclusões obtidas, restou claro que para a Associação Brasileira de Alfabetização, a alfabetização precisa ser tratada como prioridade política e precisa ser vista nas suas diferentes possibilidades. Os resultados evidenciam ainda, que a referida Associação manifestou, por meio de seus posicionamentos, suas preocupações no que toca as possíveis rupturas e retroprocessos que a Política Nacional de Alfabetização poderia causar ao campo da alfabetização e reiterou a necessidade do debate e do diálogo na luta por uma alfabetização democrática e inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Política Nacional de Alfabetização. Políticas Públicas de Alfabetização.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Integrante do Laboratório e Grupo de Pesquisa Didática e Formação Docente Nape/Udesc/CNPq. Especialista em Assuntos Educacionais na Prefeitura de Biguaçu/SC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3326-1587>. E-mail: mafra.priscillaf@gmail.com

² Professor titular da Universidade do Estado de Santa Catarina –Udesc. Bolsista de Produtividade em pesquisa do CNPq. Estágio pós doutoral em Educação e Humanidades pela PUC/PR. Diretor de Formação Docente - SEB/MEC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8464-7236>. E-mail: lourivalfaed@gmail.com

National Literacy Policy (NLP): ABAlf's positions on possible NLP setbacks

*Priscilla de Freitas MAFRA
Lourival José MARTINS FILHO*

ABSTRACT

This article aims to systematize the positions adopted by the Brazilian Literacy Association between 2020 and 2023 regarding the potential setbacks that the National Literacy Policy and its implications could bring to Brazilian education. In this qualitative study, based on documentary research, four position papers published by the aforementioned Association were analyzed. Among the main findings, it became evident that, for the Brazilian Literacy Association, literacy must be treated as a political priority and understood in its diverse dimensions. The results also highlight that the Association expressed concerns, through its position papers, about the possible disruptions and regressions that the National Literacy Policy could cause in the field of literacy. Furthermore, the Association reiterated the need for debate and dialogue in the pursuit of democratic and inclusive literacy.

KEYWORDS: Literacy. National Literacy Policy. Public Literacy Policies.

Política Nacional de Alfabetización (PNA): posicion de ABA Alf ante los posibles retrocesos del PNA

*Priscilla de Freitas MAFRA
Lourival José MARTINS FILHO*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar una sistematización de los posicionamientos realizados por la Asociación Brasileña de Alfabetización, entre los años 2020 y 2023, respecto de los posibles retrocesos que la Política Nacional de Alfabetización y sus consecuencias podrían provocar en la educación brasileña. En este estudio, con un enfoque cualitativo, a través de una investigación documental, se analizaron cuatro posicionamientos publicados por la citada Asociación. Entre las principales conclusiones obtenidas, quedó claro que para la Asociación Brasileña de Alfabetización, la alfabetización debe ser tratada como una prioridad política y debe ser vista en sus diferentes posibilidades. Los resultados también muestran que la citada Asociación expresó, a través de sus posicionamientos, su preocupación por las posibles rupturas y retrocesos que la Política Nacional de Alfabetización podría causar en el ámbito de la alfabetización y reiteró la necesidad del debate y diálogo en la lucha por una alfabetización democrática e inclusiva.

PALABRAS CLAVE: Alfabetización. Política Nacional de Alfabetización. Políticas Públicas de Alfabetización.

Introdução

O presente artigo³ objetiva abordar sobre os posicionamentos que a Associação Brasileira de Alfabetização (ABAlf) publicou em seu sítio na internet, durante os anos de 2020 a 2023, referente a sua preocupação quanto aos possíveis retrocessos e rupturas que a Política Nacional de Alfabetização (PNA), hoje já revogada, poderia trazer ao campo da alfabetização.

Conforme consta no sítio da ABAlf, bem como no relatório técnico ‘Gestão 2020-2021’⁴ (Martins Filho; Barros-Mendes; Mafra, 2022), a ABAlf se constitui em uma Instituição que acredita em uma alfabetização feita no coletivo, que luta contra qualquer forma de discriminação e preconceito e que busca promover a integração de pesquisadores, estudantes e professores⁵ das redes da educação básica do país, além de articular e fomentar pesquisas e políticas públicas no campo da alfabetização no Brasil.

No que se refere a PNA, trata-se de uma política que, conforme afirma a professora Maria do Rosario Longo Mortatti (2020, p.27), “foi instituída por decreto presidencial, sem ampla discussão com representantes da comunidade acadêmica e científica e com alfabetizadores” e deixou as escolas e consequentemente, os docentes, sem poder de escolha, visto que apesar de o Decreto afirmar que a adesão é voluntária, sabe-se que somente as instituições escolares que aderissem ao programa teriam direito a verbas e recursos do governo federal, o que nas palavras do professor Artur Gomes de Moraes (2019, p.66), seria “escancaradamente antidemocrático”.

Apresentando somente o método fônico como forma de alfabetizar, a PNA desconsidera tudo que já foi discutido no que se refere a alfabetização e letramento, pois conforme nos ensina Magda Soares (2011, p. 16) “não se consideraria ‘alfabetizada’ uma pessoa que fosse apenas capaz de decodificar símbolos visuais em símbolos sonoros [...]”. Soares, diz ainda que a alfabetização é “[...] um processo de natureza complexa. Trata-se de [...] objeto de estudo de várias ciências e [...] é preciso considerar ainda, os aspectos sociais e políticos que condicionam a aprendizagem, na escola, da leitura e da escrita” (Soares, 2011, p. 21).

Nesse sentido, a ABAlf, por meio de seus posicionamentos, neste artigo apresentados, se manifesta no sentido de que não se pode desconsiderar a trajetória científica dos profissionais que

³ Este artigo deriva de um estudo realizado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

⁴ Disponível em: https://www.abalf.org.br/_files/ugd/64d1da_6c662b32d6f54bd0916abcf7b24e670f.pdf. Acesso em 30 jun. 2023.

⁵ Ressaltamos que para os autores deste trabalho, entende-se por ‘professores e pesquisadores’, homens e mulheres, que estudam e/ou atuam como profissionais da educação no campo da alfabetização.

MAFRA; MARTINS FILHO atuam na área, bem como a trajetória científica e a prática das próprias políticas já implementadas no país, desconsiderando toda a discussão já existente sobre alfabetização e propondo apenas uma visão.

Com intuito de atingir o objetivo proposto nesta pesquisa, o presente estudo foi organizado da seguinte maneira: apresenta-se a metodologia utilizada, seguida da fundamentação teórica; logo após encontra-se os resultados e discussões e, por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências utilizadas.

Espera-se que com a leitura deste artigo, seja possível identificar, por meio dos posicionamentos da ABAlf que serão apresentados adiante, a importância da luta desta Associação no que se refere ao seu incansável esforço na busca pelo diálogo com os gestores à época dos posicionamentos, na tentativa de demonstrar criticamente os possíveis impactos que a PNA poderia causar à educação brasileira e dessa forma contribuir com as políticas de alfabetização no país.

Espera-se ainda, que o estudo aqui apresentado demonstre a relevância do trabalho desenvolvido pela ABAlf, no que se refere a sua luta por uma alfabetização democrática e inclusiva, como direito de todos e de todas e que sirva de alavanca para a produção de outras pesquisas sobre o trabalho realizado por essa Instituição, bem como evidencie a importância do diálogo com especialistas que contribuem com pesquisas na temática da alfabetização no Brasil, contribuindo assim com programas e políticas públicas do país.

Metodologia

O presente artigo buscou destacar a importância dos posicionamentos realizados pela ABAlf, no que se refere a Política Nacional de Alfabetização.

Antônio Joaquim Severino (2010) explica que os artigos científicos são documentos a serem publicados em revistas e periódicos científicos. Para o autor, essa “modalidade de trabalho tem por finalidade registrar e divulgar, para público especializado, resultados de novos estudos e pesquisas sobre aspectos ainda não devidamente explorados ou expressando novos esclarecimentos [...]” (Severino, 2010, p. 208).

Nessa perspectiva, os posicionamentos da ABAlf são publicados em seu sítio na internet e enviados por *e-mail* a seus associados e buscam atingir professores, pesquisadores e demais interessados na temática da alfabetização. Para este estudo, foram selecionados posicionamentos onde a ABAlf, através de seus gestores, manifestou sob perspectivas políticas e acadêmicas, suas preocupações referentes à Política Nacional de Alfabetização, legislação vigente à época e seus desdobramentos.

Política Nacional de Alfabetização (PNA):
posicionamentos da ABAlf sobre os possíveis retrocessos da PNA

Deste modo, esse artigo, de abordagem qualitativa, se caracteriza como pesquisa documental, visto que os textos analisados “ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. (Severino, 2010, p. 122-123)”. Nesse sentido, foi realizada a leitura atenta dos documentos disponíveis no sítio da ABAlf e realizada a sistematização dos quatro posicionamentos dessa Associação, publicados entre os anos 2020 e 2023, que estão relacionados a PNA e seus desdobramentos, em diálogo com autores do campo da alfabetização.

Destaca-se que foi realizada uma busca no Portal de Periódicos da Capes e na Base de dados Scielo, utilizando-se como recorte temporal o período compreendido entre 2019, ano de implementação da PNA e 2024, ano corrente. Foram encontrados, nessas bases de dados, diversos artigos, que buscaram analisar a referida Política Nacional de Alfabetização. Entretanto, o objetivo deste estudo foi de apresentar uma sistematização dos posicionamentos que a ABAlf realizou, entre os anos de 2020 e 2023, referente aos possíveis retrocessos que a PNA e seus desdobramentos poderiam causar ao campo da alfabetização. Desse modo, foi necessário utilizar palavras chaves específicas para que se pudesse encontrar as pesquisas desejadas. Assim, foram consultadas, nas citadas bases de dados, as palavras "Associação Brasileira de Alfabetização", com e sem aspas. Especificamente, sobre manifestações publicadas por esta Associação no que se refere a PNA, não foi encontrado nenhum artigo. No entanto, cabe destacar a existência da edição especial da Revista Brasileira de Alfabetização (edição nº 10) que buscou apresentar textos de diversos pesquisadores e professores brasileiros sobre a Política Nacional de Alfabetização, edição esta que será abordada nos capítulos a seguir.

Olhares teóricos

Magda Becker Soares (2003, p. 15) nos ensina que alfabetização é o “processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita”. Ainda, a autora afirma que “[...] até os anos 1980, a alfabetização era considerada a decifração e cifração de um código: relacionar sons da fala às letras do sistema alfabetico, e não um sistema de representação, que precisa ser compreendido” (Soares, 2020, p. 10).

Entretanto, ainda nos anos 1980,

MAFRA; MARTINS FILHO

[...] se assumiu que o foco até então quase exclusivo na aprendizagem do sistema alfabetético, [...] não era suficiente para formar leitores e produtores de texto. Embora alfabetizados, crianças e jovens, na continuidade de seu processo de escolarização, e adultos já escolarizados revelavam incapacidade de responder adequadamente às muitas variadas demandas de leitura e de escrita nas práticas não só escolares, mas também sociais e profissionais (Soares, 2020, p.11).

Soares (2020, p.11-12), diz que é necessário ligar a alfabetização ao que a autora denominou de letramento, “entendido como desenvolvimento explícito e sistemático de habilidades e estratégias de leitura e escrita. Em outras palavras [...] conhecer e aprender seus usos sociais: ler, interpretar e produzir textos”. Soares (2020) explica ainda, que “[...] a criança aprende a ler e a escrever envolvendo-se em atividade de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita” (Soares, 2020, p. 27).

Concordamos com Albuquerque e Costa (2021, p. 493), quando afirmam que a PNA impõe uma proposta de alfabetização desvinculada do letramento. Para as autoras, a Política Nacional de Alfabetização priorizou “um método de ensino fônico sem a abertura para as práticas de letramento desconsiderando as interações dos sujeitos com a cultura escrita em contextos específicos escolares e extraescolares [...]” (Albuquerque e Costa, 2021, p. 493)

Nessa lógica, conforme afirma Martins Filho (2016, p. 1), “a alfabetização vai além de ser considerada como simples processo de aprendizagem da leitura e da escrita de uma língua determinada historicamente”. O autor diz ainda, que “a dimensão da alfabetização se ampliou, e hoje, [...] é quesito fundamental na permanente criação e recriação da sociedade, sendo compromisso de todos os atores e instituições sociais” (Martins Filho, 2016, p. 1).

Nesse sentido, para a professora e pesquisadora Isabel Cristina Alves da Silva Frade (2020, p.125), a PNA apresentou “reducionismos e apagamentos de diversas ordens: semântico, conceitual, pedagógico, epistemológico e, sobretudo, de práticas e pesquisas que são desenvolvidas no Brasil e no exterior sobre a alfabetização”. Frade (2020, p. 125) afirma ainda, que essa política “faz um recorte nas habilidades de leitura, sem considerar os aspectos sociais e culturais que impactam o desenvolvimento cognitivo dos grupos e reduzindo as práticas de ler e escrever a habilidades separadas da prática social”.

A Associação Brasileira de Alfabetização

A Associação Brasileira de Alfabetização (ABAlf), conforme consta em seu Estatuto, é uma associação civil, sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, instituída por Assembleia, dirigida e administrada por sua Diretoria e assistida por seu Conselho Fiscal. Durante os anos de 2020

Política Nacional de Alfabetização (PNA): posicionamentos da ABAlf sobre os possíveis retrocessos da PNA a 2023 a ABAlf manteve sua sede no Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), onde seu último presidente⁶, o professor Dr. Lourival José Martins Filho, tem vínculo.

De acordo com o estatuto da Associação e com o relatório técnico ‘Gestão 2020 – 2021’ (Martins Filho; Barros-Mendes; Mafra, 2022, p. 15-16), a ABAlf é uma instituição que busca articular e fomentar pesquisas e políticas públicas no campo da alfabetização e que tem como objetivos

- I. congregar os profissionais brasileiros que realizam atividades de pesquisa, docências e outras relativas à Alfabetização, envolvendo, dentre outros, pesquisadores, professores do ensino superior e Educação Básica, associações/sindicatos, organizações não governamentais relacionadas com o magistério;
- II. constituir-se como referência para discussões e proposições referentes à Alfabetização e processos afins, relativamente a informações, dados e posicionamentos demandados por pesquisadores, professores do ensino superior e da Educação Básica, associações/sindicatos, organizações não governamentais relacionadas com o magistério;
- III. reforçar a dimensão política da Alfabetização no Brasil, especialmente em relação a políticas públicas e ações voltadas para a superação dos índices ainda expressivos de analfabetismo absoluto e analfabetismo funcional exercendo posicionamentos críticos e políticos articulados, contundentes e representativos;
- IV. realizar e incentivar estudos sobre Alfabetização em suas diferentes facetas e diferentes perspectivas teóricas e formas de abordagem;
- V. fomentar atitude crítica e pluralismo teórico, na abordagem dos diferentes aspectos relacionados com a Alfabetização;
- VI. promover intercâmbios com associações congêneres nacionais e internacionais;
- VII. propiciar meios de articulação adequada entre produção de conhecimento sobre alfabetização e demandas educacionais e políticas, sem prejuízo da autonomia política e científica da ABAlf e favorecendo a participação de especialistas de áreas afins;
- VIII. realizar e estimular diferentes formas de divulgação e informação da produção acadêmico-científica e de ações didático-pedagógicas e outras relativas à Alfabetização; e
- IX. organizar e promover eventos acadêmico-científicos, cursos e outras iniciativas similares, podendo interagir com associações congêneres com vistas à produção e à

⁶ Em junho de 2023, assumiu a presidência da ABAlf, a professora Dra. Adelma das Neves Nunes Barros Mendes (UNIFAP) que exercia o cargo de vice-presidente dessa Instituição. A sede da ABAlf permaneceu a mesma até o final da Gestão 2022-2023.

MAFRA; MARTINS FILHO
atualização do conhecimento assim como à socialização das experiências realizadas na área (ABAlf, Cap. I, art. 3º, 2021).

Ainda de acordo com informações retiradas do relatório técnico ‘Gestão 2020-2021’ da ABAlf, a referida Associação é uma Instituição que [...] reúne profissionais que realizam atividades de docência e pesquisa relacionadas à alfabetização e se propõe a constituir-se como referência para discussões acerca da temática da alfabetização e processos afins [...]” (Martins Filho; Barros-Mendes; Mafra, 2022, p.16).

Nesse sentido, a ABAlf é responsável pela organização do Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBALf), evento de natureza científica e pedagógica, realizado a cada dois anos por essa Associação, que busca proporcionar um espaço de diálogo e discussão entre professores, estudantes e especialistas na área, referente a temas relevantes que envolvam a alfabetização. A ABAlf é responsável também, pela edição e publicação da Revista Brasileira de Alfabetização (RBA), que conforme consta em seu sítio⁷ na internet, é um periódico científico, com periodicidade semestral, voltado para a divulgação da produção acadêmico-científica que busca contribuir com a reflexão nas diferentes dimensões da alfabetização.

Atualmente a ABAlf conta com 480 associados e associadas⁸, que incluem pesquisadores, professores do ensino superior e da educação básica, estudantes de graduação, estudantes da pós-graduação e demais interessados da área.

As Gestões da ABAlf no período de recorte deste estudo (2020-2023)

Eleita pelos membros associados da ABAlf, no dia 18 de novembro de 2019, por meio de uma Sessão Pública, se consagrou como vencedora, com 100% dos votos válidos, a assumir a Diretoria, Representantes Regionais e o Conselho Fiscal da ABAlf para o biênio 2020-2021, a chapa intitulada: “Alfabetização em diálogo contínuo”. Para o biênio 2022-2023, a chapa intitulada: “Alfabetização em diálogo Contínuo – Gestão 2022-2023”, venceu a eleição, também com 100% dos votos válidos. Em ambos os biênios a configuração da diretoria da ABAlf contou com o professor Dr. Lourival José Martins Filho, da UDESC, na presidência e com a professora Dra. Adelma das Neves Nunes Barros Mendes, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), como vice-presidente.

Durante os anos de 2020 e 2023, foram produzidos, sob a presidência das mencionadas gestões, diversos documentos, onde a ABAlf, representando milhares de professores alfabetizadores do Brasil,

⁷ Disponível em: <https://www.abalf.org.br/revista>. Acesso em 25 ago. 2024.

⁸ Disponível em: <https://www.abalf.org.br/associados>. Acesso em 10 jul. 2023.

Política Nacional de Alfabetização (PNA): posicionamentos da ABAlf sobre os possíveis retrocessos da PNA se manifestou publicamente, buscando contribuir com as políticas públicas do país, lutando por uma alfabetização nas mesmas condições para todos e todas. Além disso, atuando também como espaço de formação, especialmente para professores alfabetizadores, a ABAlf disponibilizou, no recorte temporal mencionado, diversos livros, *cards* informativos e *links* para vídeos que abordaram a temática da alfabetização.

Foram realizados sob a presidência das Gestões 2020-2021 e 2022-2023 da ABAlf, duas edições do CONBALf, sendo a primeira delas em 2021, realizada no formato *online*⁹, através do canal da ABAlf, na plataforma do *Youtube* e a segunda realizada de forma presencial, na Universidade Federal do Pará – UPPA, na cidade de Belém/PA, em agosto de 2023. Nos mencionados eventos, aconteceu ampla discussão sobre a alfabetização e sobre políticas públicas que envolvem essa temática, intensificando o diálogo entre professores alfabetizadores, estudantes da graduação e da pós-graduação e professores especialistas na área.

Durante as mencionadas gestões, foram publicadas dez edições (nº 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21) da RBA¹⁰, que apresentaram, em seus diversos artigos, importantes reflexões no que diz respeito as questões da alfabetização. Ainda, durante os anos de 2020 a 2023, a ABAlf realizou diversas *lives*, em seu canal no *Youtube*, que oportunizaram a discussão sobre os assuntos que se inserem no campo da alfabetização.

A Gestões da ABAlf 2020-2021 e 2022-2023 tiveram/tem como seu Patrono, o professor Paulo Freire, grande educador e patrono da educação brasileira e a como Presidente de Honra, a professora Dra. Magda Becker Soares, pesquisadora, autora de diversos livros e referência no campo da alfabetização no Brasil. As Presidentes Eméritas da ABAlf, em ambas as gestões, foram/são as professoras Doutoras: Cláudia Maria Mendes Gontijo, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Isabel Cristina Alves da Silva Frade, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Maria do Rosário Longo Mortatti, da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Na data de 14 de junho de 2023, o professor Dr. Lourival José Martins Filho, foi convidado para compor a Diretoria de Formação Docente da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC) e por essa razão deixou a diretoria da ABAlf, assumindo então a presidência da

⁹ Em 2021, acontecia no mundo, uma pandemia causada por um vírus altamente infeccioso, popularmente conhecido como COVID-19 e por esse motivo, o referido Congresso, que inicialmente foi idealizado para que acontecesse integralmente no formato presencial, na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, na cidade de Florianópolis/SC, precisou ser reorganizado de maneira a acontecer no formato *online*.

¹⁰ Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/issue/archive>. Acesso em 23 ago. 2024.

referida Instituição, a vice-presidente da ABAlf, a professora Dra. Adelma das Neves Nunes Barros Mendes.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA)

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), foi instituída por meio do Decreto nº 9.765, em 11 de abril de 2019. O art. 1º do referido Decreto dizia que

[...] a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal (Brasil, 2019).

O Decreto trazia ainda, em seu art. 4º, que são objetivos da PNA

I - elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas;

[...]

III - assegurar o direito à alfabetização a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País;

IV - impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional, em suas diferentes etapas e níveis; e

V - promover o estudo, a divulgação e a aplicação do conhecimento científico sobre literacia, alfabetização e numeracia (Brasil, 2019).

São desdobramentos da PNA: o Programa “Tempo de aprender”, que conforme consta nos documentos oficiais, tem o objetivo de enfrentar as principais dificuldades encontradas no processo de alfabetização, tais como: carência na formação de professores, falta de materiais e recursos, entre outras; o Programa “Conta pra mim”, que objetiva a promoção da prática da literacia familiar, ou seja, tem como objetivo incentivar pais, mães e responsáveis a lerem para as crianças; o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2022 (Educação Infantil), que conforme consta no

Política Nacional de Alfabetização (PNA): posicionamentos da ABAlf sobre os possíveis retrocessos da PNA sítio do MEC¹¹, é destinado a “avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, [...] às escolas públicas de educação básica [...] e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas [...]”; o Aplicativo “*Graphogame*”, ferramenta que prometia alfabetizar em seis meses; e o Programa ABC – Alfabetização baseada na ciência, programa esse que percebe-se uma forte negação de tudo que já foi construído acerca da alfabetização, desrespeitando todo o esforço de professores e pesquisadores brasileiros que se dedicam ao ensino, pesquisa e extensão nessa área.

Em 2019, ano de implementação da PNA, a ABAlf publicou a edição¹² de nº 10 da Revista Brasileira de Alfabetização, que apresentou um número especial, onde os artigos publicados no referido periódico científico, exploraram como temática específica a Política Nacional de Alfabetização. Nessa edição especial, com o intento de reforçar seus compromissos na defesa por uma alfabetização como direito de todos e de todas, diversos professores vinculados a Associação, além de outros pesquisadores, manifestaram suas visões políticas e acadêmicas no que se refere a PNA.

O professor Artur Moraes (2019), explicou em seu artigo publicado na referida edição de nº 10 da RBA, que a PNA apresentou uma visão muito simplista de consciência fonêmica. Para Moraes (2019, p. 68), “[...] as crianças podem ser ajudadas a compreender o princípio alfabético sem [...] serem massacradas com aulinhas sistemáticas sobre relações entre grafemas e fonemas, de modo repetitivo e controlado [...]”. Moraes diz ainda que “[...] o que os defensores da PNA chamam de “instrução fônica sistemática” nos parece uma camisa de força, fundamentada numa perspectiva associacionista de aprendizagem [...]” (Moraes, 2019, p.68).

Nessa perspectiva, Telma Ferraz Leal (2019), afirmou, nessa mesma edição especial da RBA, que ao considerarem que

[...] a criança aprende apenas a segmentar fonemas e relacionar fonemas e grafemas, [...] desconsideram as pesquisas realizadas [...] que evidenciaram que há um caminho de construções e desconstruções acerca de como o sistema de escrita funciona e que, portanto, há aprendizagens que são conceituais e não apenas perceptivo-motoras [...] (Leal, 2019, p. 77).

¹¹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-acoes-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>. Acesso em 10 jul. 2023.

¹² Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/issue/view/17>. Acesso em 15 jul. 2023.

MAFRA; MARTINS FILHO

Dessarte, Cecchetti e Martins Filho (2023, p. 67), afirmam que "a imposição do método fônico como garantia para o sucesso da alfabetização das crianças, por si só, já foi o suficiente para a PNA não ser considerada como uma política legítima [...]" Os autores explicam que já temos consolidado no país, a "[...] proposta de alfabetização com método fônico, bem como a proposta do letramento como um processo indissociável da alfabetização" (Cecchetti e Martins Filho, 2023, p. 67).

A ABAlf, como representante de professores, estudantes e pesquisadores do campo da alfabetização no Brasil, se mobilizou para dialogar com o governo com o intuito de contribuir com a política de alfabetização no país. Enquanto as políticas nacionais de alfabetização desconsideravam pesquisas desenvolvidas na área, a ABAlf tentou expressar sua preocupação quanto a necessidade do diálogo e da implementação de soluções para os desafios encontrados no processo de alfabetização, por meio do envio de cartas à Secretaria de Alfabetização (SeAlf), do Ministério da Educação (MEC), solicitando audiências.

Para a ABAlf, a PNA é uma política unilateral que se ampara em realidades diversas da maioria das escolas e estudantes brasileiros que buscam a alfabetização e que não envolve os professores e pesquisadores que se dedicam a este campo no Brasil. A Associação deixa claro seu ponto de vista, quanto aos possíveis retrocessos que a PNA poderia trazer ao campo da alfabetização no país, por intermédio dos seus posicionamentos publicados em seu sítio na internet, conforme exposto a seguir.

Posicionamentos da ABAlf no período de 2020-2023 referentes a PNA

A ABAlf publica, em seu sítio na internet, diversos posicionamentos¹³ referentes a temas relevantes da área da alfabetização. Entre os anos de 2020 e 2023, foram publicados diversos documentos, dentre os quais, destacamos quatro deles que abordaram a política nacional de alfabetização e seus desdobramentos, quais sejam: o Programa “Tempo de Aprender”; o Programa de Formação Continuada de Alfabetizadores/as baseado na ciência da SEAlf/MEC; a urgente e necessária revogação da Política Nacional de Alfabetização e seus desdobramentos; e por último o aplicativo “*Graphogame*”, instrumento que constava na PNA e prometia alfabetizar em seis meses, sugerindo o descarte do professor.

Abaixo, apresentamos uma breve síntese de cada um desses posicionamentos:

¹³ Disponível em: <https://www.abalf.org.br/posicionamentos>. Acesso em 01 jul. 2023.

Política Nacional de Alfabetização (PNA):
posicionamentos da ABAlf sobre os possíveis retrocessos da PNA

1) Posicionamento da ABAlf frente ao Programa de Alfabetização “Tempo de Aprender” (2020);¹⁴

Trata-se de posicionamento da ABAlf endereçado aos representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e ao Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), esclarecendo que desde que a discussão sobre a PNA teve início, com a criação da Secretaria de Alfabetização, pelo Ministério da Educação, a ABAlf se colocou à disposição para o diálogo, porém sem nenhum retorno por parte dos agentes do Governo Federal.

Dentre as tentativas de diálogo, podemos citar, como exemplo, uma carta enviada pela ABAlf em janeiro de 2019, solicitando diálogo; o convite para a Secretaria compor mesa no IV Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBALf); e a publicação de carta aberta, construída também no IV CONBALf, com a voz de mais de 700 participantes, todas sem qualquer resposta.

Ora, a ABAlf não desconsidera que o MEC deve ser quem propõe as políticas educacionais, o que não pode acontecer é que este Ministério ignore toda a trajetória científica dos estudiosos da área e das próprias políticas já implementadas, bem como todo o terreno que já existe sobre alfabetização no país, considerando apenas a discussão da alfabetização com somente uma visão.

Neste mesmo posicionamento, a ABAlf enumera sete ponderações sobre a PNA do governo à época da publicação do posicionamento, defendendo uma política solidária e eficiente de alfabetização, que respeite contextos, características, cultura, famílias, grupos sociais e ritmo dos estudantes; que considere as avaliações e análises dos resultados de ações e estratégias anteriores; que assegure condições técnicas e financeiras necessárias para oferecer formação, carreira e possibilidade de trabalho, entre outras ponderações.

Portanto, a ABAlf reconhece a necessidade de propor políticas que realmente contribuam para a prática pedagógica no âmbito da alfabetização, que considere os contextos e a diversidade de todos os estudantes brasileiros e defende e reitera a necessidade do debate na busca por soluções para qualificar um ensino de alfabetização com autonomia e respeito à pluralidade cultural, fundamentado nas produções didático-científicas já existentes no país.

¹⁴ Disponível em: https://www.abalf.org.br/_files/ugd/64d1da_38d9d642576f4b8fb9ba8433bd6510a1.pdf. Acesso em 15 jul. 2023.

MAFRA; MARTINS FILHO

2) Posicionamento da Associação Brasileira de Alfabetização sobre o Programa de Formação Continuada de Alfabetizadores/as baseado na ciência da SeAlf/MEC;¹⁵

Mais uma vez a ABAlf busca o diálogo com a SeAlf do MEC, com o desígnio de contribuir com a PNA. O posicionamento informa que, em janeiro de 2019, a ABAlf escreveu uma carta solicitando audiência com a SeAlf no intuito de discutir os rumos da política de alfabetização no país. O documento informa também, que em agosto desse mesmo ano, a referida Associação enviou convite para esta Secretaria convidando para compor mesa no IV CONBAlf e que encaminhou e publicou carta aberta construída no referido Congresso reunindo posicionamentos de alfabetizadores e pesquisadores participantes do evento. Ainda, este posicionamento informa que em março de 2020, a ABAlf enviou carta aos representantes da UNDIME, reiterando a necessidade do diálogo para buscar soluções para qualificar o ensino de alfabetização, na esperança de que esta Instituição se juntasse a ABAlf para ser ouvida pela SeAlf. A ABAlf afirma que não houve qualquer resposta por parte dos dirigentes do governo.

Este posicionamento reforçou também a publicação especial, em 2019, da edição nº 10, da Revista Brasileira de Alfabetização da ABAlf, que conforme já mencionado anteriormente, ratificou seu compromisso em defesa da alfabetização e reuniu artigos das professoras: Maria do Rosario Longo Mortatti, Isabel Cristina Alves da Silva Frade, Claudia Maria Mendes Gontijo, Francisca Izabel Pereira Maciel, Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo, Artur Gomes de Moraes, Telma Ferraz Leal e diversos outros pesquisadores e professores brasileiros, acerca dos riscos de retrocessos para o campo da alfabetização constantes na PNA. Os textos desta edição especial da RBA, procuraram responder questões como:

Qual a concepção de evidências foi adotada na PNA? Qual o conceito de alfabetização contido no documento? Por que o apagamento de conceitos, como o de letramento? Por que não foram considerados mais de 40 anos de pesquisas e projetos de formação de alfabetizadores sobre o tema, no Brasil? Por que a adoção de um caminho metodológico e teórico, quando há vários caminhos com os quais a pedagogia e a política teriam que dialogar? Que outras evidências de pesquisa e experiências válidas para tornar a discussão mais qualificada e complexa não foram consideradas? Quem foram os especialistas escolhidos para escrever os documentos? Quais as possíveis repercussões da PNA para os sistemas e redes de ensino e para a produção de materiais? Que expectativas são criadas para as famílias com a ideia de literacia familiar? (Frade; Monteiro, 2020, p. 11).

¹⁵ Disponível em: https://www.abalf.org.br/_files/ugd/64d1da_f5af5c5cecc14ff593b2f20c2c1006e1.pdf. Acesso em 18 jul. 2023.

Política Nacional de Alfabetização (PNA):
posicionamentos da ABAlf sobre os possíveis retrocessos da PNA

Ainda, o posicionamento informa que a ABAlf participou por intermédio de seus membros, de “Audiência Pública” com contribuições a respeito de definições técnicas do Edital do Programa Nacional do livro e do material didático (PNLD) 2022, porém suas considerações não foram ouvidas.

A ABAlf sustenta neste documento, não ter tido chance de diálogo com a SeAlf, e entende que são equivocadas as ações da gestão do MEC, à época do posicionamento, que reduziu evidências científicas a achismos e subjetivismo e fez crer que seria necessário buscar fora do país a “Alfabetização Baseada na Ciência” para então, qualificar os seus alfabetizadores. A Associação entende ainda, que é imprescindível a existência um canal de diálogo por parte da SeAlf com os profissionais que realizam e estudam a alfabetização no Brasil.

3) Moção pela revogação da Política Nacional de Alfabetização e seus desdobramentos;¹⁶

O documento em questão esclarece que desde que a PNA apresentou seus primeiros indícios de construção, a ABAlf tem se mobilizado para dialogar com a SeAlf, com o propósito de contribuir com essa política, no entanto, não recebeu dessa Secretaria, aceno algum.

Por essa razão, a ABAlf, em conjunto com outras entidades, pesquisadores, educadores e alfabetizadores reunidos na Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) 2022, em Natal/RN, em julho de 2022, manifesta a urgente Revogação da PNA e de seus desdobramentos, por diversos equívocos já mencionados, nos quais o documento elenca como mais graves:

Política unilateral, ancorada em realidades distintas da maioria das escolas, crianças, jovens, adultos e idosos brasileiros/as, que precisam alfabetizar-se;

Pautada na negação de todo um conjunto de construtos teóricos e práticos acerca da alfabetização e se tenta fazer crer que a ciência brasileira não é ciência, em especial no campo da alfabetização;

Revela-se em uma visão dicotômica que põe de um lado a supervalorização (da ciência de outros países, - Portugal) e de outro, a desvalorização (Universidades, pesquisadores e professores, - Brasil);

Desdobramentos da PNA que ocorrem à parte das realidades e diversidades de alfabetizador(es/as) e alfabetizand(os/as) brasileir(as/os) como o “Tempo de Aprender” e o “Conta pra Mim”;

PNLD-2022 - Educação Infantil distorcido;

¹⁶ Disponível em: https://www.abalf.org.br/_files/ugd/f293dd_e5adf151be7d40bda8b96f2accc6566e.pdf. Acesso em 22 jul. 2023.

MAFRA; MARTINS FILHO

A adaptação e disponibilização do Graphogame, um jogo baseado exclusivamente em emissão de fonemas isolados, apesar de sua aparente contextualização em estrutura de jogos digitais; e

Programa da “Alfabetização baseada em Ciência” - ABC, que visa a formação de “40 mil professores de alfabetização em curso online, desconsiderando totalmente a maioria das realidades das escolas e professores (FNPE, 2022).

4) Manifestação da ABAlf e do GT-10 da ANPEd sobre “Alfabetização em seis meses a partir de um aplicativo”, sugerindo o descarte da intervenção docente;¹⁷

Trata-se de Manifestação da ABAlf e do GT-10 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) sobre a alfabetização em seis meses, a partir de um aplicativo, sugerindo que não seria necessário a intervenção docente no processo de alfabetizar. O aplicativo em questão, chamado de “*Graphogame*”, é instrumento que constava na PNA, como ferramenta que “alfabetiza em seis meses”, sugerindo o descarte do professor.

O posicionamento da ABAlf explica que com informação reducionista acerca do processo de alfabetização, o citado aplicativo reduz o processo de alfabetizar/letrar a apenas um dos seus aspectos, induzindo a população brasileira a acreditar que um jogo mecanicista e repetitivo, pode exercer o papel de um professor alfabetizador.

A ABAlf, juntamente com a ANPEd afirmam ainda, que o governo, à época do posicionamento, rompeu o diálogo com associações e universidades e que passou a dialogar apenas com profissionais que não fazem parte do campo da pedagogia, como fonoaudiólogos, neurocientistas e psicólogos.

O documento enumera ainda diversos retrocessos como

1. descontinuidade das políticas de alfabetização, dos avanços científicos e pedagógicos a ela associados, ferindo a liberdade de cátedra, por imposição de apenas uma perspectiva pedagógica e desconsideração da complexidade das práticas e da aprendizagem;
2. desrespeito aos documentos legais, construídos a partir de acordos coletivos que embasam a alfabetização como a PNE, BNCC, DCNs;
3. descontinuidade das políticas de formação que abrangiam ações universalizadas com alfabetizadores em todo o território nacional;
4. impedimento do acesso a livros de literatura, com o fim de políticas do livro como o PNBE;

¹⁷ Disponível em: https://www.abalf.org.br/_files/ugd/64d1da_e145c3e94d174dc29c5f105854c632e8.pdf. Acesso em 2 jul. 2023.

- Política Nacional de Alfabetização (PNA):
posicionamentos da ABAlf sobre os possíveis retrocessos da PNA
5. omissão dos problemas vividos pelas redes, por alfabetizadores, escolas e famílias no tempo do ensino remoto;
 6. rompimento entre alfabetização e letramento, ao mudar radicalmente os critérios de qualidade dos livros para alfabetizar e desconsiderou os pressupostos para análise dos livros que vinham sendo construídos desde 1996;
 7. desestabilização do INEP quando desconsiderou as avaliações da alfabetização realizadas pelo órgão;
 8. desmantelo da política de financiamento para pesquisas do campo da alfabetização, dentre outros desmandos. (ABAlf, 2022).

Pautas da ABAlf para 2023

A ABAlf publicou, na aba ‘posicionamentos’, em seu sítio na internet, em fevereiro de 2023, as Pautas da Associação para o ano de 2023¹⁸, destacando os princípios e prioridades da luta a que essa Instituição se dedica, estando como destaque o pedido de revogação da PNA. A ABAlf, justificou o pedido de revogação do Decreto nº 9.765/2019, considerando que essa política unilateral, assume apenas o método fônico de alfabetização, apresentando diversos equívocos, colocando-se exclusivamente baseada no que chama de “evidências científicas”, tentando apresentar que a ciência brasileira não é ciência e pautando-se em uma realidade diferente da maioria das escolas e estudantes brasileiros, representando assim, um grande retrocesso ao campo da alfabetização. A ABAlf pede como prioridade, no referido documento, a revogação da PNA e a construção democrática de uma nova política nacional de alfabetização.

O documento também apresenta as sugestões da ABAlf para os novos cenários e perspectivas no que se refere a temática da alfabetização no Brasil. Destacamos abaixo, algumas das sugestões da ABAlf, no que diz respeito a PNA:

1. Revogar a PNA;
2. Re/Construir URGENTE uma Política de alfabetização que respeite as infâncias e de fato responda às necessidades de alfabetização, envolvendo formação continuada, preparação/construção de materiais didáticos em parceria/voz com/dos alfabetizadores, pesquisadores e Redes de ensino e ainda garantindo a diversidade brasileira em todos os sentidos, garantindo ainda aquisição de livros, jogos digitais e impressos para apoio nas escolas (PNLD e PNBE, por exemplo);

[...]

¹⁸ Disponível em: https://www.abalf.org.br/_files/ugd/64d1da_48f4fcda4592427ea4d3f7450d0f5bb1.pdf. Acesso em 20 jul. 2023.

10. Reconhecimento e valorização da produção científica e pedagógica de laboratórios, redes e grupos de pesquisa, fóruns de alfabetização e associações, tendo o diálogo enquanto princípio e a parceria como estratégia. (ABAlf, 2023).

Importante salientar que após a troca de governo (2023), a PNA já foi revogada, por meio do Decreto nº 11.556/2023 e que o MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Básica, já convocou reuniões técnicas para discutir uma nova proposta preliminar para a restruturação dessa política. Essa proposta contará com a participação de pesquisadores e pesquisadoras do campo da alfabetização, incluindo a ABAlf e a ANPEd.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo central apresentar os posicionamentos da Associação Brasileira de Alfabetização no que se refere aos possíveis retrocessos que a Política Nacional de Alfabetização e seus desdobramentos poderiam causar ao campo da alfabetização no Brasil.

Diante do presente estudo foi possível constatar que a ABAlf, juntamente com milhares de professores e pesquisadores da área, proporciona um espaço de diálogo em termos de alfabetização e educação no país e contribuí de forma significativa para a educação, conforme demonstrado nesse estudo, por meio de seus posicionamentos e sua incansável luta por diálogo junto aos governantes do país, buscando uma educação justa e democrática.

Partindo do princípio de que alfabetizar é um ato político (Freire, 1989), o estudo demonstrou que a ABAlf, por intermédio de seus posicionamentos, reforça a dimensão política da alfabetização e entende que a PNA não poderia ser considerada uma política pública, visto que foi elaborada por um grupo de pessoas dos quais não envolve os professores e pesquisadores que se dedicam a área da alfabetização no Brasil. Para a Associação, é preciso dar reconhecimento aos pesquisadores de universidades que formam os professores e é preciso ouvir os professores que estão na ponta alfabetizando, para que seja possível propor políticas que realmente contribuam para a prática pedagógica em alfabetização.

Com o presente estudo, foi possível concluir ainda, que a questão central dos posicionamentos da ABAlf, nem se refere a discussão sobre se o método fônico funciona ou não funciona, mas sim, quanto a falta da pluralidade sugerida nos documentos normativos existentes na nossa legislação. Os sujeitos que estão em processo de alfabetização são pessoas independentes, que vivem em contextos diferentes, de forma que nem todos se adaptam a uma única maneira de aprender, a um único método de alfabetização. Conforme aprendemos com Magda Soares (2020), a alfabetização e o letramento

Política Nacional de Alfabetização (PNA): posicionamentos da ABAlf sobre os possíveis retrocessos da PNA caminham de forma concomitante e a PNA desconsidera a complexidade das práticas de aprendizagem.

No que se refere ao Programa Tempo de Aprender, a ABAlf afirma que a política revelou uma ausência de diálogo com professores e pesquisadores da área da alfabetização. A ABAlf entende que o MEC deve sim propor políticas educacionais, entretanto, o que esse Ministério não pode fazer é desqualificar a trajetória científica das pessoas que estão na área e a prática das próprias políticas já implementadas e desconsiderar toda a discussão sobre alfabetização já existente no país e propor uma política com apenas com uma abordagem.

Neste sentido, foi possível concluir que para a ABAlf não existe apenas um método para alfabetizar; a alfabetização precisa ser vista nas suas diferentes possibilidades. A ABAlf entende ainda, que a alfabetização é um direito social e precisa ser tratada como prioridade política de estado e não de governo e por meio de seus posicionamentos, afirma que o Ministério da Educação não pode desconhecer os movimentos sociais, as associações e as entidades específicas e tão pouco a luta frequente pela universalização da alfabetização e defende e reitera a necessidade do debate e do diálogo na busca por uma alfabetização democrática e inclusiva.

Referências

ABALF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO. Disponível em: <https://www.abalf.org.br/>. Acesso em 01 jun. 2023.

ABALF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO. **Estatuto da Associação Brasileira de Alfabetização**. 2021. Disponível em: <https://www.abalf.org.br/estatuto>. Acesso em 01 jun. 2023.

ABALF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO. **Manifestação da ABAlf e do GT10 da ANPEd sobre “Alfabetização em seis meses a partir de um aplicativo” sugerindo o descarte da intervenção docente**. 2022. Disponível em: https://www.abalf.org.br/_files/ugd/64d1da_e145c3e94d174dc29c5f105854c632e8.pdf. Acesso em 10 jul. 2023.

ABALF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO. **Moção pela revogação da Política Nacional de Alfabetização e seus desdobramentos**. 2022. Disponível em: https://www.abalf.org.br/_files/ugd/f293dd_e5adf151be7d40bda8b96f2accc6566e.pdf. Acesso em 12 jul. 2023.

ABALF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO. **Pautas da Associação Brasileira de Alfabetização**. 2023. Disponível em:

MAFRA; MARTINS FILHO

https://www.abalf.org.br/_files/ugd/64d1da_48f4fcda4592427ea4d3f7450d0f5bb1.pdf. Acesso em 20 jul. 2023.

ABALF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO. **Posicionamentos**. Disponível em: <https://www.abalf.org.br/posicionamentos>. Acesso em 01 jun. 2023.

ABALF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO. **Posicionamento da ABAlf frente ao Programa de Alfabetização "Tempo de Aprender"**. 2020. Disponível em: https://www.abalf.org.br/_files/ugd/64d1da_38d9d642576f4b8fb9ba8433bd6510a1.pdf. Acesso em 10 jul. 2023.

ABALF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO. **Revista Brasileira de Alfabetização**. 2023. Disponível em: <https://www.revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/issue/archive>. Acesso em 30 jul. 2023.

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes; COSTA, Amanda de Andrade. **Incongruências entre a atual PNA, BNCC e pesquisas na área de alfabetização no Brasil. PERSPECTIVAS EM DIÁLOGO**: Revista de Educação e Sociedade. v. 8. nº 17. 2021. p. 490-505. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/12011/9150>. Acesso em 28 ago. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC inicia debates sobre reestruturação da política de alfabetização**: Primeira reunião contou com a participação do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e secretários de Educação de todos os estados. [S.l.]: Ministério da Educação, 05 abr. 2023. Atualizado em 27 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/mec-inicia-debates-sobre-reestruturação-da-política-de-alfabetização>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-acoes-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>. Acesso em 30 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA: Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, Sealf: 2019.

CECCHETTI, Fabíola Cardoso; MARTINS FILHO, Lourival José. **Alfabetização em xeque: uma análise da Política Nacional de Alfabetização**. Revista Cadernos da Educação. UFPel. (67). 2023. p. 1-19. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/23804>. Acesso em 29 ago. 2024.

FNPE - Fórum Nacional Popular de Educação. **Moções 2022**. Moção pela Revogação da Política Nacional de Alfabetização e seus Desdobramentos. 2022. Disponível em: https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2022/07/ABALF_ABALF-revogac%CC%A7a%CC%83o_PNA_final-1.pdf. Acesso em 18 jul. 2023.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MONTEIRO, Sara Mourão. **POLÍTICA NACIONAL EM FOCO: OLHARES DE PESQUISADORES E PROFESSORES**. 2020. Revista Brasileira de Alfabetização, 1 (10). 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/381>. Acesso em 15 jul. 2023.

Política Nacional de Alfabetização (PNA):
posicionamentos da ABAlf sobre os possíveis retrocessos da PNA

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **A escrita na Política Nacional de Alfabetização**. Revista Brasileira de Alfabetização. 1 (10). 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/369>. Acesso em 16 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; v.4).

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

LEAL, Telma Ferraz. **Apontamentos sobre a Política Nacional de Alfabetização 2019**. Revista Brasileira de Alfabetização. 1 (10). 2019. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/358>. Acesso em 28 ago. 2024.

MARTINS FILHO, Lourival José. **Alfabetização de idosos**: aprendizagens da leitura e da escrita. Debates em Educação. SEER: Portal de Periódicos. UFAL. Alagoas. v.8, n.15, p.64- 80, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/1832>. Acesso em 16 jul. 2023.

MARTINS FILHO, Lourival José; BARROS-MENDES; Adelma das Neves Nunes; MAFRA, Priscilla de Freitas. **Relatório Gestão 2020-2021**. Associação Brasileira de Alfabetização na Universidade do Estado de Santa Catarina: Registros e Contribuições. Florianópolis, 2022. Disponível em: https://www.abalf.org.br/_files/ugd/64d1da_6c662b32d6f54bd0916abcf7b24e670f.pdf. Acesso em 15 jul. 2023.

MORAES, Artur Gomes de. **Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de Decreto em 2019**. Revista Brasileira de Alfabetização. 1 (10). 2019. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/357>. Acesso em 16 jul. 2023.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. **A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita**. 2020. Revista Brasileira De Alfabetização, 1(10). Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/348>. Acesso em 16 jul. 2023.

RBA – REVISTA BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO. Arquivos. **n. 10 (2019): Edição Especial**. 2020. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/issue/view/17>. Acesso em 15 jul. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2010. 304 p.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 6º ed. São Paulo: Contexto. 2011.

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 21/11/2023

Aprovado em: 10/09/2024